

1
2 **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH**
3 **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**
4

5 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA AMPLIADA DO CONSELHO ESTADUAL DOS**
6 **DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM CONJUNTO COM O MINISTÉRIO DO**
7 **TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL E COORDENADORIA DE EMPREGABILIDADE**
8 **DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA FUNADAD.**

9
10
11 Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio de 2022, de forma remota por meio do
12 google meet, reuniram-se, **MARIA DO SOCORRO BELARMINO DE SOUZA** - presidente
13 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência/**CEDPD**; **HELLOSMAN DE**
14 **OLIVEIRA SILVA** – vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
15 Deficiência/**CEDPD**; **SÉRGIO FLÁVIO PAULO DE ALBUQUERQUE** - representante da
16 Associação de Portadores de Necessidades Especiais do Ingá; **MÉRCIA DE LOURDES**
17 **M. DE MELO** - representante da FUNAD; **ABÍLIO SERGIO CORREIA LIMA** - Chefe da
18 seção de Inspeção do Trabalho e Superintendente Regional do Trabalho do Ministério
19 do Trabalho e Previdência; e eu, **LÍGIA MARIA RAMALHO RIBEIRO**, secretária
20 executiva deste conselho. Esta reunião foi aberta pelo DSUAS da SEDH, e na ocasião a
21 presidente, Suzi Belarmino dando boas-vindas a todos (as), e, às 14h: 13min, a mesma
22 informou a necessidade de um encontro com o senhor **secretario de Estado do**
23 **Desenvolvimento Humano, Tibério Limeira**, para alinhamento de uma data para
24 formação presencial sobre a temática, o evento supracitado precisa acontecer de forma
25 presencial com perspectiva para ocorrer no mês de agosto do ano em curso. A conversa
26 com o senhor secretaria, será para ver questões orçamentarias. Também fez menção a
27 feira da empregabilidade da Pessoa com Deficiência ocorrida na FUNAD. Trouxe o
28 informe sobre a reunião mensal de junho que tem data prevista para dia 13, na cidade de
29 Campina Grande. Essa reunião é estrategicamente pensada para Campina , uma vez que
30 a comissão presente no dia, faz uma visita ao Parque do povo, com o objetivo de vistoriar
31 o camarote destinado a PCD. Na ocasião a mesma reforçou a importância de todos os
32 conselheiros se fazerem presente para escutar as demandas da sociedade civil. Foi
33 informado que sairá uma van adaptada da FUNAD no turno da manhã com destino a
34 Campina Grande. A presidenta fez a apresentação dos dois convidados que irão dialogar

35 Ainda sobre o tema da empregabilidade no Estado da Paraíba, informando que após a
36 fala de cada convidado será aberto espaços para perguntas. **Abílio Sergio Correia Lima-**
37 **Chefe da seção de Inspeção do Trabalho e Superintendente Regional do Trabalho do**
38 **Ministério do Trabalho e Previdência e a senhora, Mércia Morais – Coordenadora da**
39 **Empregabilidade da FUNAD. O tema da reunião é, “Os Desafios da Empregabilidade da**
40 **Pessoa com Deficiência na Paraíba”.** O Sr. Abílio Sérgio deu inicio a sua fala
41 agradecendo a oportunidade na pessoa de Hellosman e estende os cumprimentos aos
42 demais membros da CEDPD. Pede desculpas pela ausência de uma material mais
43 elaborada. O mesmo falará da atuação da subsecretaria da inspeção do trabalho voltada
44 a PcD, fala um pouco do papel institucional e as competências legais do Ministério do
45 trabalho e dos desafios enfrentados para a fiscalização no cumprimento das cotas
46 destinada as pessoas com deficiência. Abílio retifica que a pauta da PcD é um
47 compromisso institucional e uma diretriz prioritária da subsecretaria do trabalho, prevista
48 no planejamento anual da inspeção do trabalho, frisa também que a atuação da Sub
49 Gerencia da Inspeção do Trabalho não se limita somente a fiscalização do cumprimento
50 das cotas, como também executa outras ações voltadas a PcD, e retifica que essa
51 reunião esta materializando uma das ações mais importantes que é a articulação
52 interinstitucional. Igualmente, exalta a importância do trabalho em Rede para o
53 fortalecimento das ações desenvolvidas e uma melhor operacionalização na sua
54 efetivação. O mesmo prosseguiu apresentando algumas das estratégias de fiscalização
55 que estão sendo utilizadas conforme as diretrizes da Subsecretaria da Inspeção do
56 Trabalho. Uma delas são as novas ferramentas utilizadas - a exemplo do sistema e Social
57 - plataforma online do governo que unificou a entrega de 15, (quinze), obrigações da área
58 trabalhista para as empresas, que visa ampliar o alcance das ações fiscais e aprimorar os
59 diagnósticos das e, essas novas tecnologias como um facilitador, todavia, trás seus
60 desafios, sendo o E Social um sistema novo, em que todas as empresas já são obrigadas
61 a registrar as informações, isso gerou um grande volume de informações, se configurando
62 como um grande desafio para a inspeção do trabalho fazer o acompanhamento e análise
63 de volume de informações. Outra diretriz de atuação é a correção dos dados ainda
64 referente a plataforma e Social, muitos dados são registrados de forma errada, bem
65 evidenciada nos registros das pessoas com deficiência, e essa correção é um grande
66 desafio. Outra diretriz implantada pela **Comissão Intergestores Tripartite (CIT)**, foi a
67 fiscalização eletrônica, a qual registra que as atuações eram de forma direta, em que o
68 fiscal a empresa, e a outra por meio de notificação via postagem, essa por sua vez,

69 limitava a atuação da fiscalização, pois condicionava a acontecer somente nos municípios
70 que contam com as unidades (João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Patos e
71 Cajazeiras). A fiscalização eletrônica possibilitou a notificação por meio eletrônico de
72 empresas em qualquer município do estado, e ela encaminha a documentação
73 comprobatória do cumprimento das cotas solicitada por meio de e mail de forma
74 eletrônica e assim tem facilitado e agilizado a fiscalização. Outra ponto que a CIT está
75 tentando implementar é um grupo de apoio interestadual, nos modos do grupo de
76 combate ao trabalho escravo, em que um grupo de fiscais de diversos estados veem
77 realizar ações fiscais pontuais. Outra diretriz é a centralização da fiscalização de uma
78 empresa em outra regional, em que não se localiza a matriz, abrangendo todo o território
79 nacional, lembrando que a fiscalização se dá onde a matriz da empresa esta instalada, é
80 também um dificultor para a atuação. Outra diretriz que a CIT esta investindo é na
81 fiscalização dos concursos públicos, nos editais com vista a garantia de garantir as cotas
82 legais. Outra linha, bem recente importante é a fiscalização da Lei 14.133 de 2021, lei de
83 licitações, a Lei acima faz menção aos serviços públicos que celebrem contratos junto a
84 empresas que prestam serviços devem exigir a comprovação das cotas. Outra diretriz da
85 atuação da Inspeção do Trabalho. É através da verificação da acessibilidade em ambiente
86 de trabalho que muitas denúncias têm chegado com absurdos de violação de direitos; por
87 último, **Abílio** fala sobre os desafios do processo de atuação do trabalho: a questão
88 cultural por parte dos empresariados, na contratação de PcD; os registros errados junto
89 ao sistema; poucas entidades mediadoras de PcD, em especial no interior do estado;
90 questão de laudos médicos atestando a deficiência , dentro dos padrões quanto a
91 legislação; e a demissão sem a devida contratação de pessoas com deficiência. Por fim o
92 palestrante registra que a instituição também recebe denúncias, até mesmo de forma
93 anônima. A senhora **Mércia** Moraes, aproveita o ensejo para historicizar detalhando
94 trazendo as dificuldades da inserção das PcD no mercado de trabalho desde tempos mais
95 remotos e, cita alguns elementos cruciais como: a baixa escolarização , as escolhas de
96 perfis por parte das empresas que querem contrata. os estereótipos, as barreiras
97 colocadas pelas empresas - dificulta todo esses processo - cada avanço é celebrado,
98 diante do exposto, segundo **Mércia**, o grande desafio é avançar frente as burlagens que
99 as empresas fazem, e uma das alternativas é trabalhar a sensibilização das empresas
100 para que a contratação aconteça, buscar as entidades que possam ofertar cursos
101 profissionalizantes, e uma vez preparar pessoas com deficiência para a inserção no
102 mercado de trabalho, considerando que cada vez mais ele é mais exigente e excludente.

103 **Judivan Pereira** fala que no interior o analfabetismo é uma realidade muito presente junto
104 as PcD, e que quanto ao mercado de trabalho as exigências são ainda maiores, aponta a
105 necessidade de formação, profissionalização para uma melhor preparação dessas
106 pessoas com vista ao mercado de trabalho. Ainda, aponta a ausência de acessibilidade
107 nos prédios das instituições que ofertam os cursos profissionalizantes. **Iber Oliveira**,
108 Reforça a questão da falta de adequação das empresas para receber os trabalhadores
109 PcD. E aponta a necessidade de provocar as instituições responsáveis pela fiscalização
110 das estruturas dos prédios para verificação do cumprimento da legislação quanto a
111 acessibilidade. O conselheiro, **Sérgio Albuquerque**, pede uma pauta com alguém da
112 educação, para discutir algumas pautas sobre a educação. A presidente Suzi Belarmino,
113 compartilha casos reais de vivência cotidiana das dificuldades das pessoas PcDs de
114 acesso de locomoção para chegar ao trabalho, e que apresentam questões complexas.
115 Ao tempo que agradece aos presentes pelo rico debate, em especial ao Senhor Abílio e a
116 Senhora Mércia. Eu, Lígia Ramalho, nada mais tendo a declarar, lavro esta ata, que
117 segue por mim assinada.

118

119

120

121

122

123

124

Lígia Maria Ramalho Ribeiro
Secretária Executiva
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência